

## **Propostas apresentadas na Conferência Livre de Comunicação organizada pela Central Única dos Trabalhadores do Ceará (CUT-CE) no dia 25 de setembro de 2009 para a I COMFECOM**

Nós, trabalhadores(as) cearenses filiados(as) aos sindicatos cutistas e participantes do II Encontro Estadual de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores do Ceará (CUT-CE), encaminhamos contribuição construída coletivamente à 1ª Conferência Nacional de Comunicação.

As propostas foram aprovadas em Conferência Livre realizada em Fortaleza, no dia 25 de setembro, com 114 participantes de 13 municípios (Piquet Carneiro, Beberibe, Apuiarés, Solonópole, Barreira, Acarape, Canindé, Quixadá, Pentecoste, Jaguaribe, Itapipoca, Maracanaú, Redenção, Fleixeiras Caucaia, Mulungu, Ocara e Fortaleza). O evento foi realizado na sede da Federação dos Trabalhadores em Agricultura no Estado do Ceará (Fetraece). Representando os seguintes Ramos: Municipais, Estaduais, Federais, Rurais, Urbanitários, Comunicação, Operário, Metalúrgico, Educação, Vestuário, Comerciais, Saúde. Totalizando 41 entidades sindicais.

Os participantes deliberaram ainda que as entidades cutistas se integrarão ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) para fortalecer essa luta após a 1ª Conferência de Comunicação.

### **Propostas:**

- Garantir a realização de novas conferências de comunicação periódicas para assegurar a participação constante da sociedade no processo de discussão e definição de políticas públicas para o setor;
- Mudar os processos de concessões de rádio e TV para que sejam definidos critérios transparentes e democráticos, com o objetivo de garantir diversidade e pluralidade de conteúdo e de observar os interesses da sociedade;
- Implantar mecanismos de transparência, participação popular e controle público no processo de outorga e renovação, na gestão do espectro e no monitoramento das concessões.
- Garantir que na exposição de motivos para a outorga sejam apresentados projetos que estimulem a produção artística, cultural e jornalística regionais, a produção independente e o fomento ao emprego formal e, na renovação, a comprovação dessas contrapartidas sociais.
- Exigir o cumprimento do tempo mínimo (cinco por cento) destinado à programação jornalística, como determina o item h do artigo 39 da Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, bem como a identificação dos profissionais responsáveis, com a apresentação dos respectivos registros profissionais legais;
- Priorizar as novas concessões para municípios e regiões que ainda não dispõem de emissoras locais;
- Garantir que emissoras de rádio e TV contemplem aspectos culturais, regionais e educativos e contem com fiscalização direta da comunidade;
- Regulamentar dos artigos 220, 221 e 223 da Constituição Federal para proibir a concentração abusiva dos meios de comunicação, garantir espaço para a produção

regional e independente e garantir a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal;

- Fortalecer o sistema público de comunicação e fomentar rádios e TVs comunitárias, com mecanismos que viabilizem sua sustentabilidade, como um fundo público para seu financiamento;

- Criar mecanismos de controle público, tais como conselhos de comunicação municipais e estaduais, agências reguladoras, ombudsmen e Conselho Federal dos Jornalistas.

- Garantir a criação do Conselho Municipal de Comunicação de Fortaleza e do Conselho Estadual de Comunicação Social do Ceará, com representantes indicados pela sociedade civil;

- Criar um Conselho Curador, com participação do movimento sindical e de outros segmentos sociais, para a TV pública de Fortaleza e outras TVs públicas que vierem a ser criadas;

- Aprovar a criação de um Código de Ética do Jornalismo Brasileiro como um dos mecanismos de controle público e social visando garantir a qualidade da informação veiculada pelos veículos de comunicação, sejam impressos, audiovisual e demais mídias, tendo em vista a democratização da comunicação social no Brasil.

- Estabelecer mecanismos que proíbam a exploração da imagem humana na publicidade;

- Exercer esse controle público em três níveis: adoção de um marco regulatório; implantação de uma rede de mecanismos de controle; e articulação de uma rede de movimentos sociais capacitados para compreender a comunicação contemporânea, opinando e formulando sobre o seu processo.

- Reivindicar a redefinição do papel do Conselho Nacional de Comunicação Social, independente do Senado, com caráter deliberativo e autônomo.

- Aprofundar o debate entre o setor privado e a sociedade, buscando formular uma legislação que aplique o princípio constitucional da proibição do monopólio e oligopólio na área da comunicação. Essa legislação deverá equacionar os problemas decorrentes da propriedade cruzada dos veículos de comunicação;

- Proibir o arrendamento de horário nas rádios comunitárias e determinar uma porcentagem máxima para a veiculação comercial, respeitando a ética e os valores humanos;

- Discutir a municipalização das rádios comunitárias;

- Estabelecer políticas e mecanismos de controle público da comunicação;

- Universalizar a banda larga e a inclusão digital;

- Incorporar o ensino de informática em toda a rede de ensino, utilizando softwares e tecnologia livres;

- Ampliar e fortalecer as ilhas digitais de caráter público e educativo em todos os municípios brasileiros, garantindo também acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência;

- Garantir a participação dos trabalhadores e dos movimentos sociais, através das

centrais sindicais, na construção de políticas públicas de comunicação e na criação de um marco regulatório para o setor;

- A exemplo do que acontece com os partidos políticos, defender um espaço gratuito para as centrais sindicais, proporcional à representatividade de cada uma delas;

- Manter e atualizar a regulamentação profissional dos jornalistas. Assim como as regulamentações das demais categorias de trabalhadores da comunicação;

- Repudiar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e reforçar a luta em defesa do diploma de jornalista para garantir os critérios de responsabilidade social dessa importante profissão, por meio da reinserção da exigência da formação específica para o exercício do Jornalismo, pois junto com a regulamentação dos radialistas, de outros segmentos de trabalhadores da mídia, os radiocomunitaristas, meios de comunicação alternativos e/ou ocupados pelos movimentos sociais, como blogs, sites não jornalísticos, redes, entre tantas outras formas de exercício comunicativo, a profissão de jornalista – organizada e regulamentada – efetivamente se transforma em instrumento de controle público da mídia, de defesa das liberdades de expressão e de imprensa;

- Reestruturar a cadeia produtiva do setor com a elaboração de um Plano Nacional de diretrizes e Metas para o desenvolvimento da Área das Comunicações, bem como o enquadramento da política de telecomunicações em uma ampla política de comunicações;

- Capacitar a sociedade para o conhecimento e a ação por meio de uma política de capacitação da sociedade que debata a comunicação e que abarque a implantação de um programa de apoio ao debate teórico e político e à elaboração técnico-científica sobre comunicação;

- Definir uma política para o desenvolvimento da cultura no país. Para o desenvolvimento da Nação, a comunicação social é tão importante quanto a economia e a defesa. O país deve adotar um planejamento estratégico articulado com uma política de desenvolvimento da cultura;

- Criar uma política pública nacional que inclua no currículo do ensino fundamental e médio, disciplinas sobre a leitura crítica da mídia;

- Criar parcerias para constituir grupos de estudos sobre a mídia e a legislação sobre a mídia em outros países, bem como acompanhar a tramitação dos projetos de lei e a observância às leis referentes ao setor no Brasil;

- Criar mecanismos que garantam a imparcialidade dos meios e a não criminalização de pessoas e dos movimentos sociais;

- Elaborar cartilha sobre a Educação para a Mídia para distribuir à sociedade;

- Reivindicar junto à direção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) a implementação de conselhos de redação e defender a abertura para a participação da sociedade nas reuniões e adoção de consultas públicas como mecanismo de gestão;

- Defender junto à Direção da EBC o estímulo efetivo à diversidade cultural e à produção regional e independente de conteúdos de entretenimento e jornalismo;

- Acompanhar e intervir na implementação do sistema de rádio público;

- Defender a aprovação de uma nova e democrática legislação para a imprensa, cujo texto assegure os principais avanços previstos no PL 3.232/92 no que se refere, por exemplo, à agilização do Direito de Resposta; à pluralidade de versões em matéria

controversa; ao direito de não assinatura; à obrigatoriedade do Serviço de atendimento ao Público; ao não impedimento à veiculação de Publicidade e Matéria Paga; à pena moral; às regras de transparência, à pena de prisão restrita aos casos nos quais o condenado, sem justificativa, deixe de cumprir a pena de prestação de serviço; à responsabilidade dos veículos de comunicação e à delimitação da Pena Financeira.

### **Nove sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras Rurais**

STTR – Canindé/STTR – Paracuru/STTR – Miraíma / STTR – Quxadá / STTR – Tabuleiro/TTR – Crato STTR – Pentecoste/STTR – Morrinhos/STTR – Irauçuba.

Vinte e dois sindicatos de servidores municipais, estaduais e federais:

SESPREMT

Estadual : MOVA-SE/  
Educação: APEOC/Federal: SINTUFCE

### **Municipais:**

SINACE/Sindsep- Piquet Carneiro/SSPM (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais) – São Gonçalo  
SSPM – Carnaubal/SSPM – Beberibe/Sindsep – Apuiarés/Sindsep – Solonópole/Sindsep – Canindé / Quixadá /Pentecoste / Jaguaribe / Itapipoca /Caucaia / Mulungu / Ocara/ Redenção/Fleixeiras  
SINSEMBA- Barreira e Acarape/SUPREMA - Maracanaú

### **Outros sindicatos:**

CNTV ( Confederação Nacional dos Trabalhadores de Vestuários )/ Sindicato dos Têxteis/ Sindicom ( Sindicato de Confecção Região Metropolitana)/Sindmetal ( Sindicato dos Metalúrgicos)/Sindeletró (Sindicato dos Eletricitários do Ceará)/ SINDPDCE (Sindicato dos Trabalhadores em Processamentos de Dados/CE); Sindicato dos Jornalistas no Ceará (SINDJORCE)

FNDC

04 Federações: FETRAECE/FETAMCE/FETRACE/FENADADOS / FNDC

TOTAL DE ENTIDADES PARTICIPANTES: 43 filiadas à CUT

Presidente  
Jerônimo do Nascimento

Secretário de Comunicação  
Airton Lucena